

Título do Projeto	EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
Coordenador	Simone Silva Alves
E-mail institucional do coordenador	simonealves@unipampa.edu.br
Palavras-chave (Informe de três a seis palavras-chave, separadas por vírgula)	Relações Étnico-Raciais, Escola, Formação de Professores, Políticas Públicas Educacionais, Racismo.
Projeto apresenta caráter inovador (Em caso afirmativo, explicitar o potencial de inovação de produtos, processos ou serviços no item "Outras informações relevantes")	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Projeto requer avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) ou Comitê de Ética no uso de Animais (CEUA)	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Geração de resíduos (Em caso de resposta afirmativa, informações adicionais devem ser inseridas no arquivo "Geração de resíduos" que está disponível no sítio da PROPPi e no SIPPEE)	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não

- O projeto pode ter no máximo 10 páginas, considerando fonte Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento simples.

- Para submissão do projeto no SIPPEE será necessário inserir os dados da equipe executora (nome, e-mail e CPF) e a carga horária semanal dedicada ao projeto.

Resumo (somente texto até 3.000 caracteres)

O presente projeto de pesquisa tem como principal objetivo compreender como se constitui a educação para relações étnico-raciais nas práticas docentes e nos processos de formação inicial e continuada de professores/as. Ressalto que esse projeto é um desdobramento dos estudos que mantemos no Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Relações Étnico-Raciais (GEPERE), o qual sou líder e que reúne pesquisadores da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que buscam a inovação nas pesquisas, e, entende-se que a relevância do grupo está em buscar promover o estudo, a formação docente e práticas pedagógicas sobre educação e relações raciais em diferentes regiões do Brasil. Para alcançar os objetivos a pesquisa terá como orientação a abordagem qualitativa, os instrumentos para coleta de dados e informações envolverão: Pesquisa documental e bibliográfica, observações semiestruturadas, diário de bordo, questionários e entrevistas. Nesse sentido, optou-se em organizar a pesquisa em três etapas investigativas. Na primeira etapa será realizada analisada minuciosamente a documentação legal e revisão sistemática de literatura do campo da educação para relações étnico-raciais. Na segunda etapa a investigação percorrerá as práticas pedagógicas realizadas na educação básica e nos processos de formação de professores. E na terceira etapa análises das informações e dados coletados, bem como a produção de materiais científicos. Os sujeitos da pesquisa abrangerão os professores/as da educação básica que integram a Região Sul do Rio Grande do Sul. A abordagem metodológica será a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). Adota-se uma perspectiva crítica, compreendendo a sociedade como palco de conflitos e disputas de poder, buscando analisar a educação para relações étnico-raciais com as desigualdades sociais. Visa-se, também, por meio desse projeto, fomentar a interdisciplinaridade e propiciar a produção científica de resumos expandidos e artigos científicos, propiciando o ingresso dos acadêmicos em Programas de Pós-Graduação. Como resultados pretende-se evidenciar a forma como esses professores/as atuam nas escolas com a

educação para relações étnico-raciais e os desafios e possibilidades que envolvem a atuação de práticas reflexivas e críticas voltadas a essa temática. Os resultados poderão contribuir também para estimular o debate e a organização de políticas públicas para formação docente, bem como evidenciar os níveis de conhecimento sobre a educação para relações étnico-raciais.

Introdução

Para dialogar sobre escola, educação e relações étnico-raciais, precisa-se falar daqueles e daquelas que são o alicerce do processo de ensino-aprendizagem os professores/professoras, considerados agentes de transformação da realidade na qual estão imersos e que necessitam de formação adequada para o exercício da profissão. Deste modo, para buscar solucionar esta situação muitas políticas de governo e de Estado são criadas para dar suporte a tal necessidade. O exercício do magistério exige do professor/professora formação inicial e continuada adequada para atender as necessidades da sociedade, mas, sobretudo, a realidade complexa da sala de aula. Conforme o Artigo 61 da Lei 9394/96 (LDBEN). A formação inicial compreende a graduação e formação continuada ou em serviço engloba as formações adicionais como cursos de aperfeiçoamentos e pós-graduação.

No entanto, apesar dos avanços em termos de legislações, o chão das escolas em quase todo o Brasil, pois ainda existem vários obstáculos a serem enfrentados para que as legislações sejam de fato implementadas. A formação de professores é um destes desafios e tem um sentido de urgência garantir o direito desses docentes à sua formação, bem como consolidar a Educação para Relações Étnico-Raciais na Educação Básica e esse fato oprime a realização de políticas afirmativas que corrijam as desigualdades educacionais que historicamente incidem sobre essa parcela da população (Parecer CNE/CEB, p. 52, nº 08/2012).

Ressalto que o objetivo fundamental da pesquisa é compreender como se constitui a educação para relações étnico-raciais nas práticas docentes e nos processos de formação inicial e continuada de professores/as. Para tanto, o pano de fundo para o embasamento teórico será o livro Saberes Docentes e Formação Profissional de Maurice Tardif (2014), onde o mesmo trabalha o quadro sinóptico conceitual dos saberes que envolve a formação dos professores; formação acadêmica, social e cultural. Para o autor essa formação não se dá separada da realidade social, da organização comunitária e humana nas quais os professores se encontram mergulhados. Arroyo (2012), explicita que vivemos novos tempos e contextos sociais, pois atualmente os movimentos sociais trazem indagações e disputas para o campo dos currículos e da docência e Freire (2002), compreende a prática docente enquanto dimensão social da formação humana, extrapolando os conteúdos cristalizados na prática escolar. Em termos de formação para a diversidade, estudos vêm apontando para a necessidade de uma reformulação da oferta de cursos de formação inicial de professores/professoras, uma vez que, a formação tradicional tem incidido por meio de uma visão homogeneizadora e linear, que ignora os valores pluriétnicos da sociedade brasileira no âmbito das universidades. Dessa forma, esse projeto de pesquisa também objetiva conhecer os níveis de formação dos professores/as para compreender a percepção desses profissionais em relação aos conhecimentos adquiridos na formação inicial e os desafios do trabalho docente para educação e relações étnico-raciais nas escolas de educação básica.

A organização para otimização dos cursos de formação necessita levar em consideração os contextos da educação e suas relações étnico-raciais e sociais. A Lei nº 12.014/2009, no seu Parágrafo Único Artigo I. e II, relata que se faz necessário para o exercício da profissão um conhecimento científico e social fazendo a junção teoria e prática. O Campo teórico segundo Sacristán (1999, p.26) “[..] o termo teoria aplica-se às concepções ou explicações que os sujeitos têm dos fenômenos e das realidades conectando com os conceitos de crença, de pensamento, de conhecimento e de saberes dos sujeitos”. Dessa forma, o conhecimento teórico está correlacionado com a formação inicial e continuada de professores/as, as teorias e os conceitos assimilados no decorrer dos cursos de formação. A prática envolve ação dos professores no seu dia a dia na

sala de aula. Para Sacristán (1999, p.27), a prática “refere-se ao que tem uma existência real (educação que realmente se pratica). “A prática e a teoria a priori são indissociáveis na profissão docente. É o conhecimento teórico que embasa a prática, melhorando assim a qualidade da educação. A prática é a aplicação da teoria na realidade cotidiana da comunidade escolar.

Com base nisso, a pesquisa tem como norte a seguinte problemática: Como se constitui a educação para relações étnico-raciais nas práticas docentes e nos processos de formação continuada dos professores/as e que desafios e possibilidades envolvem a atuação de práticas reflexivas e críticas voltadas a essa temática?

Justificativa

Percebo através de estudos, pesquisas e pela minha experiência como formadora de professores que a educação para relações étnico-raciais tem sido negada no interior da escola, pois a ênfase é a valorização da cultura branca. Lamentavelmente, vivemos o fruto da cultura europeia, em virtude da colonização forçada por uma cultura dominante, que teve como intuito negar as demais culturas, a exemplo da indígena e africana. De acordo Gomes (2001), os grupos sociais que mais sofrem com preconceito e discriminação racial são os negros e indígenas. Isso demonstra que as universidades não aprenderam ainda a formar professores para conviver com a diversidade cultural, o que conseqüentemente proporciona falhas na prática pedagógica. Resultando então, em conteúdos eurocêntricos no currículo escolar, nos livros didáticos e programas educativos. Assim como define Apple (2005, p. 59), “a educação está intimamente ligada à política da cultura. O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo”.

Deste modo, o olhar da escola para a formação docente sobre a diversidade ainda é muito vago, uma vez que, as temáticas quando propostas são abordadas superficialmente, e de modo descontextualizadas das práticas pedagógicas. As relações raciais, o ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana, com os devidos conteúdos inerentes à especificidade da realidade cultural, socioeconômica e política desses grupos são esquecidos, mesmo sendo exigidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 11.645/2008, que altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e cultura afro-brasileira e indígena.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana demanda por reparações e visa que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações. Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros. Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. (BRASIL, 2004).

Pesquisa realizada pela Unicef (2019), mostra que dos 2,6 milhões de estudantes das escolas brasileira de ensino fundamental ou médio que reprovaram de ano em 2018, 48,41% são negros (pretos ou pardos). O estudo também revela que o número de reprovados neste grupo é duas vezes maior que o de brancos, somando, em 2018, mais de 1,2 milhão de estudantes reprovados. O Ministério da Educação, os centros de formação de professores, as universidades, as escolas, enfim, concordam que esses professores/as necessitam de uma formação adequada tanto em seu percurso inicial, quanto em serviço. Essa formação, sobretudo deve visar à diversidade, considerando outros questionamentos. Segundo Gomes (2009, p. 3), é importante perguntar: Quais são os desafios na formação docente que interferem nas experiências pedagógicas e profissionais em torno da temática étnico racial na busca por uma educação antirracista?

Dessa forma, urge que a formação de professores contemple, a Lei Nº 9.394/1996; a Lei Nº. 10.639/03; a Lei Nº 11.645/2008 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aderindo aos conceitos fundamentais dessas políticas trabalhando para uma educação para relações étnico-raciais nos espaços escolares.

Diante do panorama apresentado, justifica-se o presente projeto de pesquisa por se configurar um instrumento balizador para compreender como se constitui a Educação para Relações Étnico-Raciais nos processos de formação inicial e continuada de professores/as e nas práticas docentes em escolas de Educação Básica.

Objetivos

Geral:

- Compreender como se constitui a educação para relações étnico-raciais nas práticas docentes e nos processos de formação inicial e continuada de professores/as.

Específicos:

- Analisar os processos de formação inicial e continuada de professores/as para a educação para relações étnico-raciais;
- Produzir um levantamento sobre os conceitos que subsidiam os pressupostos teóricos e os constructos que fundamenta a educação para relações étnico-raciais na legislação vigente;
- Propiciar aos acadêmicos reflexões e conhecimentos sobre o papel da escola e da formação professores/as na desconstrução do racismo, preconceito e discriminação na escola;
- Investigar os níveis de conhecimento dos professores/professoras das escolas de educação básica sobre a temática investigada;
- Elaborar resumos expandidos, artigos científicos Qualis A e B, capítulo de livros, livro e cartilhas a partir das análises críticas, das fontes documentais, dos dados, das informações coletadas durante o desenvolvimento do projeto pesquisa.

Material e Métodos

A pesquisa será desenvolvida na Universidade Federal do Pampa/Campus Jaguarão/RS e terá como orientação metodológica a abordagem qualitativa e Revisão sistemática da Literatura. As revisões sistemáticas são desenhadas para serem metódicas, explícitas e passíveis de reprodução. Esse tipo de estudo serve para nortear o desenvolvimento de projetos, indicando novos rumos para futuras investigações e identificando quais métodos de pesquisa foram utilizados em uma área. A natureza da pesquisa é qualitativa, pois dados qualitativos e quantitativos não estão em oposição, pelo contrário, entre eles há uma oposição complementar, agregar o que a pesquisa qualitativa tem de positivo às virtudes da pesquisa quantitativa é oferecer riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa. (TRIVIÑOS, 2007).

FORMULÁRIO DE CADASTRO DE PROJETO DE PESQUISA

O projeto “Educação e Relações Étnico-Raciais”, trabalhará articulando a formação de professores/professoras a compreensão da educação e relações étnico-raciais no ambiente educacional. Dessa forma, teremos como fundamento os documentos oficiais legais que norteiam a formação docente e o ensino da educação para relações étnico-raciais na educação básica. Ressalto que esse projeto de pesquisa é um desdobramento dos estudos desenvolvidos no Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Relações Étnico-Raciais (GEPERE), o qual sou líder e que reúne pesquisadores da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que buscam a inovação nas pesquisas, e, entende-se que a relevância do grupo está em buscar promover o estudo sobre a formação docente e as práticas pedagógicas desenvolvidas sobre educação e relações raciais nas escolas em diferentes regiões do Brasil.

Nessa perspectiva, buscamos compreender as interações existente entre a teoria e prática, que visam proporcionar propostas e estratégias pedagógicas que venham ao encontro da educação para relações étnico-raciais em sala de aula, suas problematizações para a construção do conhecimento frente aos paradigmas em torno da temática. Buscando propiciar metodologia adequada para atender os objetivos propostos, a pesquisa terá como instrumentos metodológicos para coleta de dados e informações: Pesquisa documental e bibliográfica, observações semiestruturadas, diário de bordo, questionários e entrevistas. Nesse sentido, optou-se em organizar a pesquisa em três etapas investigativas:

Na primeira etapa será realizada análise minuciosamente da documentação legal e revisão sistemática de literatura do campo da educação para relações étnico-raciais. Na segunda etapa a investigação percorrerá as práticas pedagógicas realizadas na educação básica e nos processos de formação de professores. E na terceira etapa serão analisadas as informações e os dados coletados, bem como a produção de materiais científicos. Os sujeitos da pesquisa abrangerão os professores/as da educação básica que integram a Região Sul do Rio Grande do Sul. A abordagem metodológica será a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). Adota-se uma perspectiva crítica, compreendendo a sociedade como palco de conflitos e disputas de poder, buscando analisar a educação e suas relações étnico-raciais com as desigualdades sociais.

Ressalta-se que os materiais necessários para execução do projeto englobam: folhas de almanaque e de ofício, canetas, lápis, retroprojetor, notebook, gravador de voz, caixa de som, microfone, pinceis atômicos, canetas, lápis, borracha e outros disponíveis na Universidade e outros de propriedade da Coordenadora da pesquisa.

Resultados Esperados

Espera-se com o projeto evidencie a forma como os professores/as da educação básica trabalham com a educação para relações étnico-raciais e os desafios e possibilidades que envolvem a atuação de práticas docentes reflexivas e críticas voltadas a essa temática; Estimular o debate e a organização de políticas públicas para formação docente inicial e continuada; Evidenciar os níveis de conhecimento dos professores da Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul sobre a educação para relações étnico-raciais; Elaborar artigos científicos Qualis A e B, capítulo de livros, livro e cartilhas a partir das análises críticas das fontes documentais, dos dados e das informações coletadas durante o desenvolvimento do projeto pesquisa, bem como, propiciar aos acadêmicos reflexões e conhecimentos sobre o papel da escola e da formação professores/as na desconstrução do racismo, preconceito e discriminação na escola.

Referências

ALVES, Simone Silva & MACHADO, Andrea Pereira. Desafios da educação para as Relações Étnico-Raciais. In: ALVES, Simone Alves & MACEDO Yuri Miguel (Org.). *Universalização Transversal Múltiplos olhares Educativos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2018, p. 15 – 34.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 18 ed. rev. ampl. São Paulo, 1998.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: mar. 2020.

BRASIL. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Brasília: Ministério da Educação, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Brasília: Ministério da Educação, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

CANAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: CANAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio (Org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 13 – 37.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOMES, N. L. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. CAVALLEIRO, E. São Paulo: Summus, 2001.

SACRISTÁN, J. G. Poderes Instáveis em Educação. Artmed Editora, Porto Alegre, 1999.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17ª ed. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1 ed. 15 reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância e São Paulo: 2019. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-que-3-5-milhoes-de-estudantes-brasileiros-foram-reprovados-ou-abandonaram-escola-em-2018.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

Parcerias

Adicionar quantas linhas for necessário. (não obrigatório)

Nome da Pessoa ou Instituição*	Descrição da Participação

* Verificar a necessidade de ser firmado convênio para execução do projeto.

Cronograma de Atividades

Projetos de pesquisa podem ter **duração máxima de 4 anos** de execução.

Adicionar quantas linhas for necessário.

Descrição da Atividade	Ano 2020											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AUG	SET	OUT	NOV	DEZ
Levantamento de materiais bibliográficos e documentais sobre o tema							X	X	X	X	X	X
Formação dos acadêmicos envolvidos.							X		X		X	
Análise de dissertações e teses sobre o tema									X	X		
Análise de grupos de pesquisa sobre o tema										X	X	
Análise da produção em periódicos A1 a B2 na área de Educação											X	X
Avaliação parcial do projeto de pesquisa pela equipe executora												X

FORMULÁRIO DE CADASTRO DE PROJETO DE PESQUISA

Relatório da primeira parte do projeto													X
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

Ano 2021

Descrição da Atividade	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
	A	E	A	B	A	U	U	A	E	U	O	E
	N	V	R	R	I	N	L	O	T	T	V	Z
Revisão de literatura a distância com a equipe executora.	X	X					X					
Revisão sistemática da literatura e da documentação oficial sobre a temática em estudo			X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Formação dos acadêmicos envolvidos.			X		X		X		X		X	
Investigação dos processos de formação de professores – Análise dos PPC dos cursos de formação de professores				X		X		X		X		
Observações semiestruturadas em escolas de educação básica					X			X	X		X	
Investigação das práticas pedagógicas realizadas na educação básica					X			X	X		X	
Aplicação de questionários e entrevistas aos professores					X			X	X	X	X	
Discussões teóricas e análise dos dados e das informações coletados						X			X		X	
Produção de trabalhos Científicos com o material analisado				X		X		X		X		X
Comunicações em congressos científicos internos e externos dos resultados parciais obtidos					X		X		X		X	
Avaliação parcial do projeto de pesquisa pela equipe executora												X
Relatório da segunda parte do projeto											X	X

Ano 2022

Descrição da Atividade	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
	A	E	A	B	A	U	U	A	E	U	O	E
	N	V	R	R	I	N	L	O	T	T	V	Z
Revisão de literatura a distância com a equipe executora	X	X						X				
Formação dos acadêmicos envolvidos				X		X		X		X		
Revisão sistemática da literatura e da documentação oficial sobre a temática em estudo			X		X				X		X	
Investigação das práticas pedagógicas realizadas na educação básica				X	X			X	X	X		
Aplicação de questionários e entrevistas aos professores				X	X			X	X	X		

FORMULÁRIO DE CADASTRO DE PROJETO DE PESQUISA

Discussões teóricas e análise dos dados e das informações coletados			X		X			X		X	X	
Produção de trabalhos Científicos com o material analisado				X		X		X		X		
Comunicações em congressos científicos internos e externos dos resultados parciais obtidos				X		X			X		X	
Avaliação do projeto de pesquisa pela equipe executora												X
Elaboração de relatório final do projeto de pesquisa.											X	X

Plano de Aplicação de Recursos

(marque com "x" a origem do recurso para cada despesa)

Grupo/Tipo de Despesa	R\$	Fonte de financiamento: Edital externo/ Edital interno/ Sem fonte definida (explicitar)
DESPESAS DE CUSTEIO		
Auxílio financeiro a estudantes (bolsas)	7.680,00	CNPq; PDA-UNIPAMPA; FAPERGS; CAPES; PIBIC e outros.
Diárias	1.800,00	Sem fonte definida
Material de Consumo	500,00	Edital Universal do CNPq
Passagem e Despesas com locomoção	950,00	Sem fonte definida
Serviço de Terceiros – Pessoa Física	300,00	Sem fonte definida
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	-	-
Total Custeio	11.230,00	
DESPESAS DE CAPITAL		
Equipamentos e Material Permanente	-	-
Total Capital		
TOTAL GERAL	11.230,00	

Quanto às bolsas, espera-se pleitear editais para bolsas de Iniciação Científica aos alunos, tanto internos quanto externos a UNIPAMPA. Caso tenha proposta aprovada os recursos acima descritos servirão para manutenção do projeto, no qual inclui o pagamento de bolsas para discentes da graduação que ingressarem o mesmo, tal como o deslocamento do grupo para apresentações de trabalhos em eventos científicos. Destaca-se que, caso as fontes de financiamento não se confirmem procurar-se-á estudantes que desejem realizar a participação voluntária e o grupo também realizará bazares, rifas e sorteios no intuito de angariar fundos necessários para o desenvolvimento do projeto de pesquisa, ou seja, o dinheiro arrecadado com tais ações fomentará o deslocamento, o pagamento de inscrições em eventos científicos, assim como as despesas com materiais de consumo como folhas de ofício, caneta, lápis, impressões, xerox, entre outros. Ressalta-se que caso seja necessário o coordenador do projeto disponibilizará recursos financeiros que sejam imprescindíveis para realização da pesquisa.